

13 MAI 1992

Orçamento

ESTADO DE SÃO PAULO

Proposto crédito especial para Estados

Márcia Zoet/AE—18/12/91


Mazzucchelli

*"Tomadores finais"
devem ficar de fora*

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor decidiu alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 1992 e enviou ontem ao Congresso projetos de lei para emitir Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o montante de Cr\$ 25 trilhões. Também foi pedida autorização para abrir um crédito especial, no Orçamento da União, de até Cr\$ 72,1 trilhões. Isso faz parte de uma gigantesca operação de rolagem das dívidas públicas, principalmente dos Estados, através da qual a União trocará seus papéis por títulos emitidos pelos Estados.

"A porta está aberta aos Estados que desejarem recompor suas dívidas", afirmou o coordenador de Dívida Pública do Tesouro, Valderi Frota de Albuquerque. Segundo explicou, os Estados terão de oferecer três tipos de garantias à União: além dos seus próprios títulos estaduais, suas cotas nos fundos de participação e a autorização à União para movimentar as contas centralizadoras das receitas estaduais, principalmente o ICMS.

"Nos Estados onde a Constituição não permite que os governadores possam assumir esses compromissos, eles deverão

tentar mudanças nas constituições estaduais", afirmou. "Se um Estado não honrar suas parcelas trimestrais, o Tesouro Nacional poderá usar as garantias imediatamente", completou Albuquerque.

Os Cr\$ 72,1 trilhões serão destinados às seguintes operações: Cr\$ 45 trilhões para refinanceiar a dívida interna contratada de Estados, Distrito Federal e municípios e de organismos controlados, direta ou indiretamente, pela União; Cr\$ 25 trilhões para refinanceiar a dívida mobiliária interna de Estados e municípios; Cr\$ 1,450 trilhão para pagamento de juros das operações de crédito decorrentes do refinanciamento das dívidas internas; Cr\$ 650 bilhões para a amortização do principal dessas operações.

Rolagem — O governo começou a discutir ontem com os secretários de Fazenda de São Paulo, Rio, Minas Gerais e Bahia a rolagem da dívida de Estados e municípios — um dos principais pontos de divergência entre o governo federal e os governadores, e fundamental para o controle do déficit público em 92, do ponto de vista da União. A divergência é sobre o volume de

títulos que o governo vai renegociar, e quanto os Estados e municípios terão de pagar.

A reunião contou com a presença do secretário Executivo do Ministério da Economia, Luiz Antônio Gonçalves, e do Presidente do Banco Central, Francisco Gros, do lado do governo. O presidente da Comissão de Economia e Finanças do Senado, Raimundo Lyra (PFL-PB), foi o mediador.

Antes do encontro, o secretário de São Paulo, Frederico Mazzucchelli, reafirmou o ponto de vista dos governadores: "O governo federal só deve deixar de rolar a dívida em títulos nas mãos de 'tomadores finais'". Mazzucchelli explicou o que isso quer dizer: o governo deve rolar toda a dívida em mãos dos fundos gestores da dívida pública, bancos, corretoras, distribuidoras, fundos de pensão, fundos de aplicação financeira, seguradoras e demais instituições autorizadas pelo BC a funcionar, considerados "tomadores não-finais". Só ficariam de fora empreiteiras e fornecedores.

O governo quer fazer a rolagem apenas das dívidas dos Estados com a União. "Tentaremos encontrar uma solução de consenso", informou Lyra.